



BANCORBRÁS CORRETORA DE SEGUROS S.A.

CNPJ 00.735.886/0001-11

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2021

O exercício de 2021 ainda foi marcado fortemente pela disseminação da pandemia mundial do SARS-CoV-2 (COVID-19) e suas variantes, impactando na oferta e demanda por bens e serviços de diversos setores da economia, em intensidades diferentes, sensibilizando a renda das famílias e postergando investimentos em projetos pessoais e empresariais. Em virtude do cenário apresentado, e pautada em seus valores, a Bancorbrás Corretora de Seguros S.A (BCS) manteve as medidas protetivas, zelando pela saúde, bem-estar e segurança dos colaboradores. Apesar da situação, a Empresa continuou mantendo o foco na geração de negócios, em sinergia com as demais áreas do conglomerado Bancorbrás, assim como no cumprimento de sua missão institucional.

O ano destacou-se pela implementação de diversas ações que contribuíram no alcance das metas indicadas no planejamento estratégico, a saber: implementação de campanhas de publicidade para captação de novos leads; contatos ativos pela Central de Vendas para conversão de diários; ações de marketing na base de clientes elegíveis; contratação de novos

vendedores; implantação de ferramentas de controle e gestão de vendas; negociação de comissão junto às seguradoras, inclusive comissões adicionais; realização de treinamentos e capacitações das equipes de vendas, relacionamento e apoio operacional; concretização de parcerias estratégicas; lançamento de produtos, como o seguro odontológico da Odontoprev; e melhoria nos processos internos de gestão.

● Volume de receita: a Empresa obteve uma performance positiva de 0,2% em relação a 2020 e 1,1% abaixo da meta de 2021, totalizando uma receita bruta com comissão de corretagem em torno de R\$ 7,22 milhões. A despesa operacional cresceu 6,5% com relação a 2020 e permaneceu 1,8% abaixo da meta de 2020, totalizando R\$ 5,95 milhões.

● Carteira de clientes: foram os clientes do Clube de Turismo Bancorbrás que tiveram maior participação no total de segurados, os quais representaram 43% da receita auferida com comissão de corretagem; seguidos pelos clientes do Seguro Auto, com 31%; seguros destinados aos Colaboradores (vida, saúde, odontológico e previdência privada), com 10,2%; Seguro

de Vida, com 5,2%; Seguro Prestamista destinado aos participantes da Bancorbrás Administradora de Consórcios S.A. (BAC), com 2,2%; e outros seguros, com 8,4%.

● Eficiência operacional: alcançou o índice de 78,2% no período, com aumento na ordem de 2,3 pontos percentuais em relação ao índice obtido em 2020. Relativamente ao EBITDA, a margem apresentou performance de 7,35%.

● Resultado do período: O resultado líquido em 2021 foi de R\$ 500.862, 24,6% acima do resultado apresentado no ano de 2020.

Brasília, DF - 31 de janeiro de 2022.

Victor Arantes Marra
Diretor-Presidente
Luiz Carlos Gama Pinto
Diretor-Executivo

BALANÇO PATRIMONIAL

	RS(1)			RS(1)	
	31/12/2021	31/12/2020		31/12/2021	31/12/2020
ATIVO	9.166.818	8.978.953	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.166.818	8.978.953
CIRCULANTE	8.097.102	8.915.014	CIRCULANTE	1.195.704	1.011.851
Caixa e equivalentes de caixa	7.635.914	8.556.163	Fornecedores e prestadores de serviços	20.604	19.228
Caixa e equivalentes de caixa	4.330	1.245	Obrigações trabalhistas (nota 06)	430.956	235.017
Aplicações de liquidez imediata (nota 04)	7.631.584	8.554.918	Impostos, taxas e contribuições a recolher (nota 07)	163.325	147.742
Direitos Realizáveis	461.188	358.851	Participação nos lucros e resultados	105.000	172.535
Contas a receber	255.224	249.548	Dividendos (nota 09 c)	475.819	437.267
Adiantamentos a colaboradores	43.276	26.134	Outras obrigações	-	62
Adiantamentos a fornecedores	97.759	25.796	NÃO CIRCULANTE	211.842	232.873
Impostos a compensar	64.929	57.373	Partes relacionadas (nota 13b)	208.074	229.450
NÃO CIRCULANTE	1.069.716	63.939	Provisões para contingências (nota 08)	3.768	3.423
Realizável a longo prazo	1.024.827	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 09)	7.759.272	7.734.229
Títulos e valores mobiliários (nota 04)	1.024.827	-	Capital social	4.200.000	4.200.000
Imobilizado (nota 05)	40.594	59.644	Reserva de Lucros	3.559.272	3.534.229
Intangível	4.295	4.295			

(As notas explicativas da administração integram as demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	RS(1)	
	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (nota 10)	6.405.637	6.390.718
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS VENDIDOS	(1.572.292)	(1.279.169)
(=) LUCRO BRUTO	4.833.345	5.111.549
RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(4.320.218)	(4.288.232)
Comerciais	(178.912)	(98.583)
Pessoal	(690.400)	(686.012)
Honorários da diretoria	(645.352)	(425.327)
Encargos sociais	(442.160)	(360.707)
Benefícios	(413.717)	(418.019)
Comunicação	(10.443)	(10.940)
Aluguéis	(43.608)	(35.211)
Serviços de terceiros	(232.136)	(187.845)
Gerais	(40.608)	(54.100)
Impostos, taxas e contribuições	(24.470)	(6.834)
Depreciações e amortizações	(17.598)	(25.441)
Provisões/reversões para contingências	(343)	(1.321)
Outras receitas operacionais	42.255	8.832
Outras despesas operacionais (nota 11)	(1.622.276)	(1.986.724)
RESULTADO ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	513.127	823.317
Receitas financeiras	471.942	101.221
Despesas financeiras	(3.100)	(5.579)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	981.969	918.959
Contribuição social (nota 12)	(104.346)	(76.094)
Imposto de renda (nota 12)	(260.145)	(210.049)
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	(116.616)	(172.535)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	500.862	460.281
QUANTIDADE DE AÇÕES	120.000	120.000
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO	4,17	3,84

(As notas explicativas da administração integram as demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO

	RS(1)	
	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais	500.862	460.281
Lucro Líquido do Exercício	500.862	460.281
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
- Depreciações e amortizações	17.598	25.441
- Baixa de bens do imobilizado	1.452	4.424
- Constituição/Reversão de contingências	343	1.321
Lucro Ajustado	520.255	491.467
(Redução/aumento dos ativos operacionais)	(1.127.164)	(150.991)
Contas a receber	(5.676)	(246.705)
Impostos a recuperar	(7.556)	36.202
Outros ativos	(1.113.932)	59.512
Aumento/(redução) dos passivos operacionais	123.927	71.985
Fornecedores	1.376	4.153
Outros passivos	122.551	67.832
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(482.982)	412.461
Fluxo de caixa das atividades de investimento	-	(12.531)
Aquisições de imobilizado	-	(12.531)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-	(12.531)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(437.267)	(487.627)
Distribuição de lucros	(437.267)	(487.627)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(437.267)	(487.627)
(REDUÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(920.249)	(87.697)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	8.556.163	8.643.860
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	7.635.914	8.556.163

(As notas explicativas da administração integram as demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE LUCROS			LUCROS ACUMULADOS	RESULTADOS ABRANGENTES	TOTAL
		RESERVA LEGAL	RESERVA PARA AUMENTO DE CAPITAL	RESERVA DE INVESTIMENTOS			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	4.200.000	469.640	2.000.000	1.041.575	-	7.711.215	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	460.281	460.281	
Destinações:							
Reserva legal		23.014	-	(1.041.575)	(23.014)	-	
Transferência entre reservas		-	1.041.575	(1.041.575)	-	-	
Dividendos a distribuir		-	-	-	(437.267)	(437.267)	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	4.200.000	492.654	3.041.575	-	-	7.734.229	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	500.862	500.862	
Destinações:							
Reserva legal		25.043	-	-	(25.043)	-	
Dividendos a distribuir		-	-	-	(475.819)	(475.819)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.200.000	517.697	3.041.575	-	-	7.759.272	

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2021

NOTA 01. CONTEXTO OPERACIONAL

A BANCORBRÁS CORRETORA DE SEGUROS S.A., Companhia integrante do conglomerado Bancorbrás, foi constituída em 03 de janeiro de 1984, com sede em Brasília (DF), tem como objetivo a administração, orientação e corretagem de Seguros de Ramos Elementares, Seguros Saúde, Seguros de Vida e Capitalização e planos previdenciários.

NOTA 02. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e o Pronunciamento Técnico de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (CPC-PMÉ) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no

Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos à utilização de premissas e estimativas, incluem a provisão para contingências, depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas anualmente.

Em conformidade com a Resolução n.º 1.184/2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), informamos que a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31/12/2021, foi autorizada pela Diretoria em 26/01/2022.

Base de mensuração

A mensuração das demonstrações contábeis foi preparada com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda, os quais são mensurados pelo valor justo.

Moeda funcional

Nas demonstrações contábeis os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

NOTA 03. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre as principais diretrizes adotadas para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltam-se:

a) Apuração do resultado

(a1) Reconhecimento de receitas e custos da operação

As receitas de serviços são mensuradas de acordo com as taxas de corretagem contratadas considerando os produtos e seguradoras e são reconhecidas na competência da prestação de serviço, assim as receitas decorrentes de comissões por comercialização de seguros são reconhecidas quando da aceitação por parte da seguradora, momento em que os riscos e benefícios são transferidos a terceiros. As receitas não são reconhecidas quando houver uma incerteza significativa de sua realização.

(a2) Despesas

As despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de taxa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

A classificação dos ativos e passivos circulantes e não circulantes obedece aos artigos 179 e 180 da Lei nº 6.404/76. Os direitos são demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias incorridos ou deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicáveis. As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e as variações monetárias incorridos ou deduzidos das correspondentes despesas a apropriar, quando aplicáveis.

d) Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

Os Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado [apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado] são contabilizados como receitas/despesas operacionais no resultado.

A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, em conformidade com o disposto na seção 17 do PME, conforme taxas demonstradas na Nota Explicativa 05.

e) Intangível

Refere-se ao direito de uso de software e marcas e patentes. São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada. A amortização do direito de uso de software é calculada pelo método linear e não supera o prazo de cinco anos.

f) Provisão para Contribuição Social e Imposto de Renda

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente apurados com base no lucro anual foram calculados nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil por ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

g) Avaliação dos ativos e passivos

A Companhia efetua anualmente a avaliação dos seus ativos e passivos circulantes e não circulantes para efeito de valor presente, não tendo sido identificados valores relevantes para ajustes.

h) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda.

Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. A Companhia realizou avaliação de impairment e não identificou valores para registro contábil.

i) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, motivo pelo qual é necessário que uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na seção 21 do PME, e consideram premissas definidas pela Administração e sua Assessoria Jurídica:

i1) Ativos contingentes: Trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações contábeis apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre os quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

i2) Passivos contingentes: Decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações civis de natureza fiscal, trabalhista e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas pela Assessoria Jurídica, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança.

As contingências são classificadas como:

provisões, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisórias; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

j) Instrumentos financeiros

Conforme determina a Resolução nº 2016/NBCTC 48 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros incluídos nos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não resultou em ajustes significativos, tendo em vista que os valores contábeis aproximam-se dos valores de mercado.

Os instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, créditos a receber e outros recebíveis, incluindo caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas. São três categorias de classificação para os ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. E para os passivos financeiros: mensurados ao custo amortizado e valor justo por meio do resultado. Não existem valores ajustados ao valor presente (AVP), considerando que o prazo médio de recebimento é de até 30 (trinta) dias, não existindo outros ativos e passivos de longo prazo significativos.





BANCORBRÁS CORRETORA DE SEGUROS S.A.

k) Gestão de riscos

(k1) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras na contratação de seguros e redução de valores investidos.

(k2) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia adota e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas financeiras. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

(k3) Risco de liquidez

Com a política de gerenciamento de risco e controle adotadas, é mitigado o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descumprimento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente às vigentes no mercado, do fluxo de caixa, do vencimento dos investimentos e das obrigações.

A Companhia não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos.

l) Tributos

Calculados as alíquotas abaixo demonstradas. Consideram para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Tributo	Alíquota
Imposto de Renda (IRPJ)	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social (CSLL)	9,0%
PIS sobre Receitas Operacionais	1,65%
Cofins sobre Receitas Operacionais	7,60%
PIS sobre Receita Financeira	0,65%
Cofins sobre Receita Financeira	4,0%
ISS	5,0%

NOTA 04. APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA

Os recursos foram aplicados em diversas instituições financeiras, com rentabilidade de 3,78% no ano de 2021.

Descrição	2021	2020
Fundos de Investimento	8.656.411	6.341.470
CDB	-	2.213.448
Total	8.656.411	8.554.918
Ativo Circulante	7.631.584	8.554.918
Ativo Não Circulante	1.024.827	-

NOTA 05. IMOBILIZADO

Descrição	Depreciação/amortização % a.a	31/12/2021		31/12/2020	
		Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor	Líquido
Móveis em uso	3,5	354.926	343.113	11.813	12.311
Móveis, utensílios e instalações	13	110.231	85.542	24.689	29.528
Máquinas e equipamentos	11	22.650	19.104	3.546	5.445
Equipamentos de comunicação	10	10.502	10.187	315	317
Sistema processamento de dados	22	106.302	106.071	231	12.043
Totais		604.611	564.017	40.594	59.644

NOTA 06. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Descrição	2021	2020
Provisões de férias e encargos sociais	202.956	235.017
Honorários a pagar	228.000	-
Total	430.956	235.017

NOTA 07. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Descrição	2021	2020
Encargos sociais e previdenciários sobre folha		
INSS	45.724	47.174
FGTS	20.243	17.181
Total	65.967	64.355
Tributos a recolher		
PIS	10.576	9.443
Cofins	49.594	43.697
ISS	975	686
IRRF	35.774	29.374
PIS/Cofins/CSLL Retenção	439	187
Total	97.358	83.387
Total de impostos e contribuições	163.325	147.742

NOTA 08. PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia é demandada em ações judiciais, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e outros motivos. A Administração, com base em informações de sua Assessoria Jurídica, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, considerando experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com os processos em curso, classificados como de risco provável de perda como segue:

a) Passivos Contingentes – Riscos Prováveis

Passivos Contingentes	31/12/2021	31/12/2020
Cíveis	3.768	3.423
Total	3.768	3.423
Quantidade de ações	01	01

b) Passivos Contingentes – Riscos Possíveis (Não provisionados)

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente. As ações movidas contra a Bancorbrás Corretora de Seguros S.A., no aspecto cível, resultam de pedidos de indenização com base em possíveis descumprimentos do Código de Defesa do Consumidor, e por demandas relacionadas a possíveis descumprimentos de cláusulas contratuais, referentes à manutenção de apólices de seguro. Os saldos dos passivos contingentes possíveis de perdas totalizam R\$ 104.634 em 31/12/2021, referente a (04) ações e R\$ 84.646 em 31/12/2020, referente a (04) (quatro) ações.

NOTA 09. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 4.200.000 (quatro milhões e duzentos mil reais) representado por 120.000 (cento e vinte mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencente integralmente a acionista Bancorbrás Empreendimentos e Participações S.A., uma vez que a Companhia é subsidiária integral.

b) Reserva legal

Foi constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76.

c) Distribuição de dividendos e formação de reservas

O lucro foi destinado conforme segue:

DESTINAÇÃO DO LUCRO E FORMAÇÃO DE RESERVA	
Lucro líquido do exercício	500.862
(-) Reserva legal	25.043
(=) Base de cálculo para dividendos	475.819
(-) Dividendos 25%	118.955
(-) Dividendos adicionais	356.864
(=) Lucros acumulados	-

NOTA 10. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Descrição	2021	2020
Receita bruta – receita de comissões	7.217.619	7.200.809
Cofins	(548.539)	(547.262)
PIS	(119.091)	(118.813)
ISS	(144.352)	(144.016)
Total de impostos	(811.982)	(810.091)
Receita Operacional Líquida	6.405.637	6.390.718

NOTA 11. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2021	2020
Manutenção e conservação	-	1.030
Utilidades e serviços	-	8.821
Ratêio de despesas	1.570.422	1.916.005
Patrocínio, festividades, comemorações e brindes	-	426
Plano de previdência	46.620	45.804
Contribuição para associação de funcionários	5.377	4.931
Perdas	307	9.707
Total	1.622.726	1.986.724

NOTA 12. DESPESAS TRIBUTÁRIAS – CSLL/IRPJ

Cálculo da Contribuição Social e Imposto de Renda Pessoa Jurídica	Contribuição Social		Imposto de Renda	
	2021	2020	2020	2020
Lucro líquido antes da contribuição social	865.354	-	746.423	-
Lucro líquido após a contribuição social	-	761.008	-	670.329
(+) Adições	312.932	422.406	112.284	302.105
Contribuição social	-	104.346	-	76.094
Despesas com brindes e festividades	-	-	426	426
Honorário Suplementar	235.535	235.535	-	-
Participação nos lucros - Administradores	-	-	-	111.672
Provisões judiciais	14.513	14.513	11.143	11.143
Outras adições	62.884	68.012	100.715	102.770
(-) Exclusões	18.865	18.865	13.219	13.219
Reversão de provisões judiciais	14.169	14.169	9.822	9.822
Outras exclusões	4.714	4.714	3.397	3.397
(=) Base de cálculo da CSLL/IRPJ	1.159.403	1.164.531	845.468	959.215
Tributos devidos	104.346	260.145	76.094	210.049

NOTA 13. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração de dirigentes

Os gastos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal da Diretoria, são apresentados como segue:

Descrição	2021	2020
Honorário da Diretoria	383.760	354.375
Honorário Suplementar da Diretoria	235.535	44.895
Anuênio	26.057	26.057
Encargos Sociais	149.833	156.361
Participação nos Lucros e Resultados	4.714	111.672
Total	795.185	693.360

b) Operações ativas e passivas da Companhia com partes relacionadas

As operações com as empresas Bancorbrás referem-se ao ressarcimento do ratêio de despesas decorrentes dos serviços administrativos e transações realizadas no contexto das atividades operacionais da Companhia, e estão assim representadas:

Saldos Patrimoniais Passivos	2021	2020
Bancorbrás Empreendimentos e Participações S.A.	110.259	105.622
Bancorbrás Centro de Serviços Compartilhados S.A.	97.815	123.828
Total dos Saldos Patrimoniais Passivos	208.074	229.450
Operações com Ráteios -Despesas	2021	2020
Bancorbrás Empreendimentos e Participações S.A.	904.491	940.340
Bancorbrás Centro de Serviços Compartilhados S.A.	665.931	975.665
Total das Operações com Ráteio	1.570.422	1.916.005
Total das Operações com Ráteio	1.778.496	2.145.455

NOTA 14. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não é patrocinadora de nenhum plano de pensão e de benefícios pós-emprego aos seus colaboradores, nem de plano de opção de compra de ações.

b) Seguro saúde

A Companhia mantém seguro saúde e programas de assistência à saúde e campanhas de prevenção de doenças, visando a promoção do bem-estar de seus beneficiários, diretamente ou por meio de convênio. A Companhia não tem responsabilidade em relação ao benefício de plano de saúde pós-emprego.

NOTA 15. OUTRAS INFORMAÇÕES – COVID 19

A Companhia tem adotado medidas preventivas e reativas desde as primeiras notícias sobre a pandemia. Nesse sentido, foram implementadas diversas ações para preservar a saúde dos colaboradores e minimizar os impactos do novo coronavírus.

Nossas atividades foram mantidas em plena capacidade operacional e, desde o início da pandemia, nossas ações têm levado em consideração as orientações do Ministério da Saúde e da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

Diante desse cenário, a Companhia promoveu diversas alternativas para prospectar negócios e realizou ações de modernizações tecnológicas com a implantação de novos serviços e produtos através de vendas on-line.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2021
VICTOR ARANTES MARRA **LUIZ CARLOS GAMA PINTO**
 Diretor-Presidente **Diretor-Executivo**
EDIVANIRA VIEIRA DINIZ
 Controladora CRC 009.619/O-5 DF

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs. Administradores da **BANCORBRÁS CORRETORA DE SEGUROS SA.**
 Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **BANCORBRÁS CORRETORA DE SEGUROS SA.** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para

o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **BANCORBRÁS CORRETORA DE SEGUROS SA.**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
 A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidades a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, incluindo as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, incluindo as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília (DF), 08 de março de 2022.

UNIÃO AUDITORES INDEPENDENTES S/S.
 CRC DF 501/O-1
ANTONIO CESAR GANDARA
 Contador CRC SP 166522/O-0 T-DF

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **BANCORBRÁS CORRETORA DE SEGUROS S.A.**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, em reunião desta data, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis. Com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, dos Administradores da empresa e da respectiva Controladora, bem assim no Relatório do Auditor Independente, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Brasília (DF), 22 de março de 2022.

CONSELHO FISCAL

CELÍUS GUIMARÃES MARCONDES FEITOSA
ELIMÁRIO ARAÚJO SANTOS
FERNANDO LUIS SENRA ITABORAÍ
OROMAR DARLAN DE PINHO TAVARES

A publicação acima foi devidamente publicada e certificada em 06/04/2022



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicidade Legal no portal do Jornal de Brasília ou acesse o link: jornaldebrasil.com.br/publicidade-legal/

